

Georg Lind (1947-2021) e a Competência Moral: uma alternativa para contemplação da complexidade no desenvolvimento moral

Matheus Estevão Ferreira da Silva

Como citar: SILVA, M. E. F. Georg Lind (1947-2021) e a Competência Moral: uma alternativa para contemplação da complexidade no desenvolvimento moral. *In:* BATAGLIA, P. U. R.; ALVES, C. P.; PARENTE, E. M. P. P. R. **Estudos sobre competência moral:** propostas e dilemas para discussão. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 167-190. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-220-8.p167-190>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

GEORG LIND (1947-) E A COMPETÊNCIA MORAL: UMA ALTERNATIVA PARA CONTEMPLAÇÃO DA COMPLEXIDADE NO DESENVOLVIMENTO MORAL

Matheus Estevão Ferreira da Silva

Introdução

Como consideram diversos(as) autores(as) (BIAGGIO, 2006; BATAGLIA; MORAIS; LEPRE, 2010; LA TAILLE, 2010; FRANZI; ARAÚJO, 2013), o campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral “consolidou-se, como área nobre da Psicologia” (LA TAILLE, 2007, p. 17) a partir do trabalho de pesquisa e da teoria do desenvolvimento moral elaborada pelo psicólogo estadunidense Lawrence Kohlberg (1927-1987). Foi Kohlberg (1992) quem estabeleceu a abordagem cognitivo-evolutiva no estudo psicológico da moralidade, fundada pelo epistemólogo suíço Jean Piaget (1896-1980), e cujo trabalho despertou o interesse da comunidade acadêmica mundial sobre este tema desde o final da década de 1960.

La Taille (2007; 2010, p. 105), no entanto, chama atenção ao fato de que “no final do século XX, assiste-se, como era de se esperar, a certo <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-220-8.p167-190>

esgotamento do referido modelo teórico”, ou seja, dessa abordagem cognitivo-evolutiva iniciada por Piaget e continuada por Kohlberg, “[...] porque não somente não oferecia grandes perspectivas de novos e relevantes achados empíricos e teóricos, como, centrado no aspecto racional da moralidade, relegava a uma zona obscura os motivos humanos da ação moral”. E há algum tempo na literatura a possibilidade desse esgotamento já era apontada.

Das várias críticas para a ocorrência desse esgotamento, uma delas se refere à *ênfase no racionalismo* mantida por essa abordagem e teorias de Piaget e Kohlberg, como vários(as) autores(as) apontam (LA TAILLE, 2010; BLUM, 1988; ARANTES, 2000; BRAUNSTEIN, 2012; ARAÚJO, 2017). Como considera Silva (2021, p. 25), diante da “complexidade das relações e dos processos psicológicos envolvidos e que dão vazão ao desenvolvimento moral”, a ênfase no racionalismo atribui uma visão fragmentada, linear e reducionista do desenvolvimento moral. A *afetividade*, que este capítulo dedicará parte de sua discussão, é um exemplo desses outros aspectos envolvidos no desenvolvimento moral.

Conforme cresceram as pesquisas fundamentadas na teoria kohlberguiana, também cresceram as críticas direcionadas a essa teoria, algumas mais radicais e com proposições próprias e outras com algumas mudanças sutis que procuraram preservar a essência das ideias originais de Kohlberg. Várias dessas críticas suscitaram o surgimento de novas teorias, que procuravam sanar as limitações de suas predecessoras, e que aqui poderiam se dizer *pós-kohlberguianas*. Uma dessas críticas, e que foi seminal para o surgimento das teorias pós-kohlberguianas, provém da psicóloga estadunidense Carol Gilligan (1936-).

Gilligan (1982) é reconhecida na literatura (ARANTES, 2000; TOGNETTA, 2003) como pioneira na identificação da ênfase racionalista

e de outros limites da teoria de Kohlberg e da abordagem cognitivo-evolutiva que representa. Embora suas próprias proposições também apresentem problemas e necessitem de revisões, a crítica de Gilligan é até hoje crucial para a contemplação de uma teoria mais integrativa, que dê conta da referida complexidade do desenvolvimento moral.

Assim, várias das teorias pós-kohlberguianas que procuraram contemplar uma visão mais ampla da moralidade tiveram como referência a crítica e o trabalho pioneiro de Gilligan (1982). Apesar de não creditar e não fazer menção à teoria e ao pioneirismo da autora, uma delas é a teoria do duplo aspecto da competência moral, proposta pelo psicólogo alemão Georg Lind (1947-).

Lind (2019), em estudos que realizou nos últimos quarenta anos, retomou, desenvolveu e operacionalizou o conceito de competência moral anunciado por Kohlberg em sua teoria. Em síntese, a competência moral refere-se à capacidade de emitir juízos morais e agir de acordo com eles e, nesse sentido, corresponde a um dos constructos mais potenciais no paradigma atual da Psicologia do Desenvolvimento Moral, que busca a investigação e aportes teóricos que contemplem a referida complexidade¹.

Dado o exposto, este capítulo tem o objetivo de apresentar a teoria de Georg Lind como alternativa teórica para a contemplação dessa complexidade no estudo da moralidade. Para isso, a partir de revisão bibliográfica, primeiro discutem-se as teorias de Piaget e Kohlberg e sua abordagem cognitivo-evolutiva; em seguida, expõe-se o trabalho de

¹ Não é objetivo deste texto discutir pormenoramente a existência de um novo paradigma (que busca considerar a complexidade) no campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral, o que já tem sido feito por autores e autoras da literatura (LA TAILLE, 2010; FRANZI; ARAÚJO, 2013). Parte-se apenas dessa ideia (de um novo paradigma), defendida pelos(as) autores(as) referenciados(as), para propor a teoria de Lind como potencial alternativa nesse paradigma atual do campo.

Gilligan que evidencia a limitação dessas teorias em contemplar outros aspectos que interferem no desenvolvimento moral, especificamente a afetividade. Por último, recorre-se à teoria do duplo aspecto da competência moral, desenvolvida por Lind, como uma das alternativas no estudo psicológico da moralidade para contemplar o processo de desenvolvimento moral em sua complexidade, considerando igualmente os aspectos afetivo e cognitivo.

O Desenvolvimento Moral Segundo Jean Piaget e Lawrence Kohlberg

A teoria de Lawrence Kohlberg (1992) sobre o desenvolvimento moral baseia-se originalmente na pesquisa que desenvolveu em sua tese de Doutorado, defendida em 1958 na Universidade de Chicago, intitulada *The development of modes of moral thinking and choice in the years 10 to 16* (O desenvolvimento de modos de pensamento e escolha moral dos 10 aos 16 anos, em tradução livre). A fundamentação de Kohlberg para formular sua teoria, desde seu doutoramento, foi o trabalho de Piaget nos campos da cognição (PIAGET, 2010[1945]) e da moralidade (PIAGET, 1994[1932]).

De acordo com Bataglia, Morais e Lepre (2010, p. 26), sendo as teorias de Kohlberg e Piaget de base cognitivo-evolutiva, elas consideram que o desenvolvimento “[...] pressupõe transformações básicas das estruturas cognitivas, enquanto totalidades organizadas em um sistema de relações, as quais conduzem a formas superiores de equilíbrio, resultantes de processos de interação entre o organismo e o meio”.

No caso de Piaget (2010[1945]), em que seu foco foi a construção da inteligência e a descrição de um modelo psicogenético de estágios

cognitivos, o aspecto cognitivo do desenvolvimento esteve sempre privilegiado no seu trabalho, ao passo que os aspectos social, moral e afetivo, ainda que também considerados, tiveram um espaço menor.

O livro *O juízo moral na criança* é o único de Piaget (1994[1932]) que aborda a moralidade em investigação empírica, no entanto, dele pôde-se erigir uma teoria moral consonante com sua obra no campo cognitivo. Nesse livro, o autor adverte não trabalhar com a *ação* e nem com os *sentimentos* morais, investigando a gênese e o desenvolvimento do *juízo* moral: “[...] toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras” (PIAGET, 1994[1932], p. 23). Buscando responder como a criança adquire esse respeito às regras, seu método baseou-se na observação e em entrevistas com crianças, em que as interrogava sobre as regras de jogos e sobre o desempenho de personagens em histórias-estímulo.

Entre os principais resultados, Piaget (1994[1932]) define duas tendências morais, a *heteronomia* e a *autonomia*, que a criança vivencia como formas de respeito que manifesta sobre as regras, a primeira tendência em que seus juízos são caracterizados por interesses individuais e fatores externos e a segunda, sucedida pela primeira, com os juízos caracterizados pela reciprocidade e sem vigilância externa.

Cabe salientar que esse modelo de desenvolvimento proposto por Piaget remonta o paradigma filosófico kantiano, principal fonte do racionalismo adotado em sua teoria. Para Kant (2005[1785]), as pessoas são as únicas capazes de agir com base na razão e não por inclinações ou vontades pessoais (heteronomia). Assim, Kant concebe como moral a ação que se baseia voluntariamente em um princípio universalmente válido, definindo por princípio um critério atestado pelo que chamou de *Imperativo Categórico*: para uma ação ser moral, ou o juízo que a

determinou, ela deve obedecer a uma lei interna e se justificar a partir de um princípio válido para toda a humanidade, ser universalizável (autonomia).

Fundamentado nesse trabalho seminal de Piaget (1994[1932]), Kohlberg (1992) interessou-se pelo seu método de entrevista com histórias-estímulo, pois, para Kohlberg, se poderia avaliar estruturas cognitivas mediante produções verbais, ou seja, mediante entrevista.

Na sua pesquisa de Doutorado, Kohlberg acompanhou longitudinalmente uma amostra de 84 meninos brancos de classe média de Chicago e idade entre 10, 13 e 16 anos, com idades posteriores às das crianças do estudo de Piaget (1994[1932]). Ainda que também utilizasse entrevistas, diferente de Piaget, utilizou dilemas morais. A partir dos raciocínios presentes nos juízos emitidos diante desses dilemas, Kohlberg (1992) traçou um modelo de desenvolvimento por níveis e estágios, em que os juízos se distribuem hierarquicamente de acordo com sua qualidade moral, como as tendências, na compreensão de Piaget, de heteronomia à autonomia. Porém, Kohlberg (1992) considerou o caminho do desenvolvimento moral mais longo e complexo, apresentando-se, tal como o modelo de desenvolvimento cognitivo piagetiano (PIAGET, 2010[1945]), pela evolução em estágios.

Kohlberg (1992) propôs um modelo de desenvolvimento moral de *três níveis e seis estágios*, em que o tipo de raciocínio de um estágio superior inclui o do inferior, como apresentado no quadro a seguir.

**QUADRO 1 – NÍVEIS E ESTÁGIOS DO DESENVOLVIMENTO MORAL
SEGUNDO LAWRENCE KOHLBERG**

Nível I: pré-convencional	Estágio 1: Orientação por obediência e punição
	Estágio 2: Orientação egoísta, por interesse individual
Nível II: convencional	Estágio 3: Orientação pelas expectativas do grupo
	Estágio 4: Orientação pela manutenção da ordem social vigente
Nível III: pós-convencional	Estágio 5: Orientação pelo utilitarismo e contrato social
	Estágio 6: Orientação por princípios éticos universalizáveis

Fonte: Silva (2021)

Em trabalho anterior (SILVA, 2021, p. 08-09), os níveis e estágios do modelo kohlberguiano foram apresentados tal como a seguir:

O primeiro nível moral, chamado de pré-convencional, característico entre crianças, é constituído pelos Estágios 1 e 2, em que o raciocínio do que é certo ou errado baseia-se no medo da punição (autopreservação) ou em interesses individuais. No segundo nível, o convencional, comum entre adolescentes e adultos e constituído pelos Estágios 3 e 4, o raciocínio baseia-se na conformidade às convenções e regras sociais determinadas por grupos ou autoridades, procurando manter a ordem social vigente. O terceiro e último nível, o pós-convencional, atingido por uma quantidade mínima de adultos, concerne aos Estágios 5 e 6, cujo raciocínio moral rompe com o contexto sócio-legal e baseia-se na reciprocidade e em princípios éticos universalizáveis, isto é, as regras só são aceitas se estiverem fundamentadas em princípios e valores morais, o que atribui a elas o caráter de mutabilidade (serem mudadas se injustas) (SILVA, 2021, p. 08-09).

Kohlberg atuou como professor da Universidade de Chicago entre os anos de 1962 a 1967 e depois na Universidade de Harvard de 1968 até sua morte, em 1987. Nesse período, continuou com suas pesquisas, aperfeiçoou a teoria e realizou estudos em diferentes culturas, além de elaborar uma entrevista padronizada de avaliação do juízo moral, a *Moral Judgment Interview* (MJI) (COLBY; KOHLBERG, 1987), que sistematizou seu método de mensuração. Todavia, com a referida repercussão de sua teoria, diversas críticas surgiram. Este capítulo enfoca a crítica referente à ênfase no racionalismo, que revela a limitação dessas teorias e sua abordagem cognitivo-evolutiva em considerar o papel da afetividade no desenvolvimento moral.

Carol Gilligan e a Questão da Complexidade no Desenvolvimento Moral

Carol Gilligan é uma psicóloga estadunidense, hoje aos 84 anos, professora aposentada pela Universidade de Harvard (1969-1997) e atualmente professora na Universidade de Nova Iorque (2002-). Gilligan foi colaboradora de Kohlberg em suas pesquisas durante a década de 1970 e ficou conhecida por trazer um olhar diferente aos resultados que vinham encontrando.

Desde seus novos estudos, inclusive em diferentes culturas, Kohlberg (1992) e colegas encontravam um baixo desempenho das mulheres em relação aos homens. Avaliadas a partir do modelo de níveis e estágios, as mulheres chegavam a atingir apenas até o estágio três. Para Gilligan, essas diferenças entre homens e mulheres, e o baixo desempenho por parte delas, dar-se-iam pela orientação moral distinta das mulheres para responder aos dilemas morais.

Gilligan (1982) é autora do livro *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*, best-seller nos Estados Unidos e no mundo, que trata de suas próprias pesquisas que realizou na época, em que trabalhou com dilemas morais reais, utilizando do aborto como tema para os dilemas, e entrevistou mulheres grávidas em clínicas de aborto. Gilligan, inspirada inicialmente pelo método de entrevista de Kohlberg antes dele resultar na MJI, atribuiu-lhe um formato próprio: como entrevista aberta, com dilemas morais reais, e não hipotéticos, e um sistema de pontuação qualitativo, que permitia a entrevistada apresentar livremente seu raciocínio moral.

Apesar de ter encontrado a progressão da moral pré-convencional à pós-convencional nas respostas das mulheres aos dilemas, os raciocínios delas pareciam diferir dos homens. Gilligan (1982) percebeu que o aparente déficit do desenvolvimento moral feminino era, na verdade, um problema na teoria de Kohlberg em dois aspectos: de *metodologia*, em que na pesquisa que originou a teoria as amostras do autor eram totalmente masculinas (como em sua tese, com 84 meninos brancos de classe média) e, conseqüentemente, de *teoria*, com o desempenho inferior das mulheres, quando na verdade seus raciocínios representavam uma forma diferente de responder a problemas morais.

Assim, a autora (1982) considera que a teoria de Kohlberg não estaria adequada para avaliação das mulheres, pois elas partiriam de uma estrutura de raciocínio moral distinta, que prioriza o cuidado e bem-estar do outro, que chamou de *Ética do Cuidado*, enquanto os homens partiriam da *Ética de Justiça*, que a teoria estaria exclusivamente voltada. Juízos orientados ao cuidado, como encontrou em suas entrevistas com mulheres (GILLIGAN, 1982), enfocam os relacionamentos e sentimentos dos

envolvidos nos dilemas, enquanto os juízos orientados à justiça concentram-se nos direitos e ramificações legais do problema moral.

As críticas de Gilligan tiveram importantes implicações para a Psicologia do Desenvolvimento Moral e reverberaram para outros campos da Psicologia e áreas do conhecimento (SILVA, 2021). Das várias contribuições fornecidas pelo trabalho de Gilligan, interessa-nos aqui aquela referente à inclusão da afetividade entre os fatores que influenciam no desenvolvimento moral.

Muitos(as) autores(as) da literatura consideram que “Gilligan constrói de forma pioneira um caminho que seria trilhado por muitos outros posteriormente” (BRAUNSTEIN, 2012, p. 83), como ressaltam: ela “resgata uma dimensão esquecida talvez por outras pesquisas, a importância e a necessidade de pensar o outro não só como sujeito de direitos, mas como sujeito também composto, enquanto totalidade, de aspectos afetivos” (TOGNETTA, 2003, p. 42); e seu modelo de Ética do Cuidado inclui “a representação de valores sociais e as necessidades afetivas dos sujeitos, inerentes aos conflitos morais enfrentados no cotidiano” (ARANTES, 2000, p. 139). Em suma, como salientam Tognetta e Assis (2006, p. 53),

[...] é preciso que nos atentemos a [...] evidência dos afetos como variáveis imprescindíveis para uma ação moral. Não obstante, o cotidiano nos dá mostras de que saber qual o dever a cumprir não impede um sujeito de agir mal. Há uma energia que move, uma necessidade de satisfação pessoal a ser considerada. As pesquisas de Gilligan evidenciam a existência desses últimos interferindo na formulação de um juízo ou na ação moral. Tal autora defende que será preciso enxergar as contribuições desse campo afetivo, que consolidam

uma nova dimensão de pensar a moral: o cuidado (TOGNETTA; ASSIS, 2006, p. 53).

Contudo, desde os debates filosóficos, razão e afetividade são discutidos separadamente, ao mesmo tempo em que se ressalta que um aspecto, a razão, é superior ao outro, a afetividade. E na Psicologia moderna, o “sentimento, um objeto subjetivo associado à dimensão afetiva, muitas vezes é visto, ou encarado, como um objeto de estudo inviável cientificamente, frente às demandas metodológicas cartesianas, quantificáveis e de mensuração” (BRAUNSTEIN, 2012, p. 81). Dessa forma, para a Psicologia moderna, “a afetividade, os sentimentos e as emoções são incertezas e imprecisões científicas, subjetividades inconsistentes no campo de investigação psicológica” (BRAUNSTEIN, 2012, p. 79). Piaget e Kohlberg, contemporâneos desse modelo de Ciência, seguiram nessa tradição ao elaborarem suas teorias e, não obstante, sua fundamentação no paradigma kantiano também os levou a superestimar a razão em detrimento da dimensão afetiva.

Kant (2005[1785]) destaca a supremacia da razão e considera como moral apenas os juízos ou ações justificadas por princípios racionais, assim, para Piaget (1932/1994) e Kohlberg (1992), tudo que não for orientado pela racionalidade compreende uma moral inferior, heterônoma, oriunda dos níveis e estágios menos complexos do desenvolvimento moral.

Kant [...] pregava que a única moral que merece este nome é a moral autônoma, não via como não baseá-la na razão, assim como o fariam Piaget e Kohlberg. A desconfiança de Kant em relação à afetividade decorria do fato de não podermos dominar nossos sentimentos, não

podermos decidir quais experimentar, ou seja, de sermos prisioneiros de nossa vida afetiva. Dito de outra maneira, Kant via na afetividade uma fonte incontornável de dependência, logo, de heteronomia. E como a autonomia implica o usufruto da liberdade, sem a qual não há responsabilidade, ele rechaçava a participação da afetividade na vida moral. A razão seria a única fonte legítima dos deveres, a inspiração moral que nos faz agir (LA TAILLE, 2006, p. 22-23).

No entanto, essa dicotomia razão/emoção, cognição/afetividade, “pouco tem contribuído para o desenvolvimento científico, para o incremento de pesquisas socialmente relevantes, interventivas e transformadoras” (BRAUNSTEIN, 2012, p. 80). Logo, a crítica e o trabalho de Gilligan chegaram em um momento oportuno da Psicologia do Desenvolvimento Moral.

Gilligan (1982) percebeu que a ênfase racionalista de Kohlberg, centrada na justiça, limita a análise das variáveis envolvidas no desenvolvimento moral. Em contraponto, no modelo de Ética do Cuidado que identifica, os raciocínios orientados ao cuidado consideram a necessidade afetivas dos sujeitos envolvidos no problema moral, abrangendo assim os sentimentos, o aspecto afetivo envolvido, e a materialidade do sujeito, o contexto em que o problema moral se apresenta. Como comentam Dunkel, Gladden e Mathes (2016, p. 08, tradução minha), Kohlberg “coloca incorretamente a tomada de decisão moral sob a jurisdição da razão. [...] embora a razão possa ser aplicada a dilemas morais, na maioria das vezes não é. As decisões morais tendem a ser carregadas de emoção, e as reações instintivas conduzem as respostas aos dilemas morais”.

Segundo Blum (1988, p. 476, tradução minha), para Gilligan, “a moralidade necessariamente envolve um entrelaçamento de emoção,

cognição e ação, não facilmente separável”. Essa ideia é certamente próxima ao que propõe Georg Lind, autor cuja teoria pós-kohlberguiana se discute a seguir, apesar dele não fazer menção a Gilligan em seu trabalho e nem reconhecer seu pioneirismo. Lind (2019, p. 35, tradução minha) questiona cognição e afetividade serem conceituados “como se fossem ‘coisas’ separadas. [...] parecem acreditar que ambos são objetos separáveis e que podem ser observados e medidos separadamente”.

Seria incorreto, no entanto, dizer que ambos autores não consideram a afetividade em suas teorias, e nisso os próprios Piaget e Kohlberg e alguns autores(as) da literatura (TOGNETTA, 2003; LIND, 2019) vão em sua defesa.

Lind (2019) referencia Piaget como um dos primeiros a elaborar o modelo que chama de *duplo aspecto*, o qual sua teoria sobre a competência moral refere-se, que considera as dimensões cognitiva e afetiva como inseparáveis. Todavia, o foco de Piaget (1932/1994) foi o desenvolvimento cognitivo, enquanto outros aspectos, apesar de considerados, ocuparam um espaço menor em sua obra. No caso da moralidade, desde seu livro de 1932, Piaget deixa evidente que não se dedicou ao aspecto afetivo, ainda que reconheça sua influência: “se o aspecto afetivo escapa ao interrogatório, há uma noção, [...] cuja análise psicológica pode ser tentada sem muitas dificuldades: a noção de justiça. Portanto, é principalmente sobre este ponto que versará nosso esforço” (PIAGET, 1994[1932], p. 156).

Kohlberg também considerou a dimensão afetiva, porém também deixou anunciado que esta não foi o foco de seu trabalho: “estamos de acordo de que sua construção está, muito provavelmente, influenciada por suas relações com a emoção, imaginação e sensibilidade moral, e alertamos a quem está interessado em fazê-lo, que investigue essas relações”

(KOHLBERG, 1989 *apud* TOGNETTA, 2003, p. 42). Porém, conforme Blum (1988, p. 476, tradução minha), por mais que ambos autores tenham considerado a afetividade, suas teorias e modelos respectivos não permitem a análise de sua relação com o aspecto cognitivo, pois para eles “o modo de raciocínio que gera princípios que governam a ação correta envolve apenas a racionalidade formal. As emoções desempenham, no máximo, um papel remotamente secundário, tanto na derivação quanto na motivação para a ação moral”.

O ponto de partida de Gilligan (1982) foi e ainda é crucial para a contemplação de uma teoria moral mais integrativa, que dê conta da referida complexidade do desenvolvimento moral. Apesar disso, suas proposições também apresentam problemas e necessitam de revisões, sendo também alvo de várias críticas (ARANTES, 2000; SILVA, 2021).

Em suma, o papel da afetividade no desenvolvimento moral, seja em sua interferência na emissão do juízo moral, seja em seu papel na concretização da ação moral, foi colocado como nova (e necessária) perspectiva de pesquisa no campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral. Como exposto, são muitas as variáveis que interferem em como um sujeito julga e age moralmente, em particular a variável afetiva, e também várias as relações possíveis entre essas variáveis. Com o marco teórico de Gilligan (1982), diversas teorias foram elaboradas visando contemplar essa complexidade envolvida no desenvolvimento moral, considerando a visão fragmentada, linear e reducionista do desenvolvimento moral pelas teorias cognitivo-evolutivas em sua ênfase racionalista.

Dentre as mais relevantes, e mais conhecidas no contexto brasileiro da Psicologia do Desenvolvimento Moral, podem-se citar a teoria dos modelos organizadores do pensamento, de Vilarrasa e Marimón (2000), a teoria da construção da personalidade moral, de Josep Maria Puig (1998),

e a teoria do duplo aspecto da competência moral, de Georg Lind (2019). Neste capítulo, elegeu-se a teoria de Lind, apresentando-a como uma dessas alternativas teóricas para a contemplação da complexidade no estudo da moralidade.

A Indissociabilidade entre Cognição e Afetividade: Georg Lind e a Competência Moral

Georg Lind, hoje aos 73 anos, é um psicólogo alemão e professor aposentado da Universidade de Konstanz, na Alemanha, que muito contribuiu para a teorização da relação entre os aspectos cognitivo e afetivo no desenvolvimento moral. Quanto à essa relação, embora tenha dado pouca atenção à ação e aos sentimentos morais, Kohlberg (1992) deixou anunciado em sua teoria o conceito de competência moral. Lind (2019), em estudos que realizou nos últimos quarenta anos, retomou, desenvolveu e operacionalizou o conceito de competência moral anunciado por Kohlberg.

Como afirma o próprio autor, a “definição de Kohlberg para a competência moral era a ‘capacidade de tomar decisões e emitir juízos que são morais (isto é, baseados em princípios internos) e agir de acordo com tais juízos’” (KOHLBERG, 1964, p. 425 *apud* LIND, 2019, p. 52, tradução minha). Dessa forma, “Kohlberg e Piaget costumavam usar o termo juízo para descrever o raciocínio moral verbal”, sendo esse (o raciocínio) um fenômeno interno, mas externamente observável por intermédio do juízo emitido verbalmente, “enquanto a competência moral é um processo inconsciente do qual as pessoas podem não estar cientes e não revelam em suas reflexões éticas” (LIND, 2019, p. 52, tradução

minha), ou seja, que não pode ser coletado mediante os métodos usuais para mensuração do juízo moral.

Em trabalho anterior, Silva e Bataglia (2020, p. 528) esclarecem o conceito de competência moral:

[...] agir moralmente depende do desenvolvimento de uma capacidade, a de refletir e aplicar consistentemente princípios em situações difíceis, dilemáticas. Quando nos deparamos a essas situações que exigem de nós uma resposta e os cursos de ação possíveis são conflitantes e mutuamente excludentes, somos mobilizados afetivamente e, nesse momento, exibimos ou não a capacidade de agir de acordo com princípios, apesar da comoção. É essa capacidade [...] a competência moral (SILVA; BATAGLIA, 2020, p. 528).

Em sua retomada e desenvolvimento do conceito de competência moral, Lind (2019) propôs a chamada teoria do duplo aspecto, cujo nome prenuncia a existência dos dois aspectos – afetivo e cognitivo – que, quando integrados, constituem a competência moral. Como argumenta Lind (2019), o modelo proveniente dessa teoria não é novo, mas há muito tem sido ignorado. Ele cita Piaget como um dos primeiros a propor um modelo que considerasse esses dois aspectos, apesar de seu foco no estudo do juízo moral e ênfase na cognição. A figura a seguir apresenta o seu modelo sobre a competência moral.

FIGURA 1 – O MODELO DE DUPLO ASPECTO E DUPLA CAMADA DO EU MORAL

	Aspecto Afetivo	Aspecto Cognitivo
Reflexão ética (camada consciente)	Princípios éticos articulados	Julgamento ético e raciocínio
Comportamento moral explícito (camada inconsciente)	As orientações morais, tal como se manifestam no comportamento	Competência moral, como manifestada no comportamento

Fonte: Adaptado de Lind (2019)

Partindo da teoria kohlberguiana, primeiro cabe ressaltar que Lind adota o termo orientação moral no lugar de estágio, sendo essa apenas uma mudança terminológica à estrutura dos raciocínios que os estágios representam. Orientação moral, no entanto, também é o termo empregue na pesquisa sobre as evidências empíricas da Ética da Justiça e da Ética do Cuidado para denominar tal constructo que procuram mensurar: se os juízos morais se orientam pela justiça ou pelo cuidado.

Voltando à Figura 1, o modelo de duplo aspecto se refere à afetividade e cognição como aspectos e não de componentes separáveis. Além de abrange-las, o modelo também inclui a questão da consciência sobre os processos psicológicos.

Quando falamos da competência moral das pessoas, queremos dizer uma capacidade que se manifesta no seu comportamento real. Não nos referimos à declaração que eles fazem sobre ela. Piaget e Kohlberg distinguiram claramente entre estas duas camadas do eu moral. Eles argumentaram que “[...] o comportamento moral não poderia ser adequadamente descrito sem referência a processos internos. Então eles decidiram focar a avaliação apenas nos relatos conscientes dos participantes sobre seus comportamentos” (LIND, 2019, p. 47, tradução minha).

A competência moral é um aspecto interno, proveniente da camada inconsciente. Assim, de um lado estão as orientações morais, conscientes no juízo moral, mas inconscientes no comportamento moral explícito, que dependem do aspecto afetivo para que a competência moral se manifeste ou não a partir da integração das disposições afetivas com o raciocínio escolhido no curso de uma ação.

O modelo de Lind (2019) não é exatamente um modelo de desenvolvimento moral como propõem as demais teorias revisitadas anteriormente, mas sim um modelo sobre um aspecto que se coloca entre o juízo e a ação morais, que é a competência moral. Mais do que procurar saber em qual estágio de Kohlberg (1992) um sujeito se encontra, Lind (2019) quer saber a consistência pela qual esse sujeito utiliza seus raciocínios em seu comportamento moral, em sua ação. Assim, o trabalho de Lind direciona-se, em grande parte, ao desenvolvimento de uma metodologia que possa mensurar a competência moral, diante de sua impossibilidade mediante os métodos para a mensuração do juízo moral.

Na década de 1970, Lind elaborou o Moral Competence Test (MCT)², instrumento psicométrico fechado proposto para avaliação da competência moral. Dos vários instrumentos de avaliação do desenvolvimento moral atualmente disponíveis (BATAGLIA; MORAIS; LEPRE, 2010), esse é até hoje o único que mensura a competência moral, enquanto a MJI (COLBY; KOHLBERG, 1987) e outros instrumentos posteriores, como o *Socio-moral Reflection Objective Measure* (SROM) de Gibbs, Arnold & Burkhart (1984) e o *Defining Issues Test 1 e 2* (DIT e DIT-2) de Rest *et al.* (1999), voltam-se apenas ao aspecto do juízo moral.

² O instrumento foi elaborado originalmente com o nome de *Moral Judgement Interview* (MJT), sendo renomeado para *Moral Competence Test* (MCT) em 2014. Disponível em: <http://www.uni-konstanz.de/ag-moral/mut/mjt-engl.htm>.

Todos esses instrumentos, como ressaltam Bataglia, Morais e Lepre (2010), seguem em uso em pesquisas sobre moralidade no Brasil.

O MCT, atualizado ao longo dos anos, considera a capacidade de uma pessoa avaliar situações dilemáticas não só com base em sua posição a favor ou contrária ao tema em discussão, mas levando em consideração o valor dos argumentos opostos à sua própria opinião, o que tornou possível a mensuração da competência moral. Além de uma metodologia de mensuração, Lind (1999) também elaborou uma metodologia que pudesse desenvolvê-la, o *Konstanz Method of Dilemma Discussion* (KMDD).

No caso do MCT, ele foi traduzido para 27 diferentes idiomas, cujas novas versões foram validadas em seus respectivos contextos e certificadas rigorosamente. No Brasil, ele foi trazido, sendo traduzido, adaptado e validado, pela pesquisa de doutoramento de Bataglia (2010) no final da década de 1990 e início dos anos 2000.

O MCT é composto originalmente por dois dilemas morais, o primeiro chamado de dilema dos operários (*Workers' dilemma*), que trata de uma situação trabalhista em que operários roubam documentos para denunciar a empresa em que trabalham, e o segundo denominado de dilema do médico (*Doctor's Dilemma*), relacionado à eutanásia. Após a leitura dos dilemas, o(a) respondente do instrumento deve avaliar algumas alternativas, distribuídas em uma escala Likert, referentes a argumentos a favor e contra sua própria opinião e que carregam diversas orientações morais, de acordo com os estágios kohlberguianos (KOHLBERG, 1992), para resolução dos dilemas. No Brasil, em razão do fenômeno denominado de segmentação moral, desenvolveu-se uma versão estendida do MCT, o *Moral Competence Test extended* (MCT_xt) pelas pesquisas seguintes que procuraram aprimorar sua primeira versão validada (BATAGLIA, 2010).

A segmentação moral refere-se à queda da qualidade moral na resolução de dilemas morais que compõem o MCT quando esses apresentam conteúdo específico relacionado a um tema que afeta o respondente. Com a versão estendida do instrumento, manteve-se os dois dilemas originais e acrescentou-se um dilema chamado dilema do juiz (*Judge's Dilemma*), que tem como tema a tortura de uma prisioneira em prol de possivelmente salvar a vida de 200 pessoas ameaçadas por um grupo terrorista. Desde a primeira pesquisa que o validou no Brasil (BATAGLIA, 2010), o MCT segue em uso no país pelas pesquisas sobre moralidade, em suas ambas versões, original e estendida.

Quanto às potencialidades de seu modelo e da promoção da competência moral, Lind (2019) reitera que a democracia contribui para a competência moral. Por isso, o autor reforça a ideia de que a sociedade é uma força poderosa para moldar o comportamento. Contudo, a fonte do desenvolvimento moral reside principalmente nas próprias pessoas. O autor (2019) argumenta que se uma democracia quer preservar a si mesma e evoluir, ela deve propiciar a todos os seus cidadãos(ãs) educação e, principalmente, oportunidades suficientes para aplicar e praticar a competência moral para que ela se desenvolva.

Considerações Finais

Neste capítulo, ressaltou-se, com base em autores(as) que já se dedicaram a essa análise (LA TAILLE, 2010; BLUM, 1988; ARANTES, 2000; BRAUNSTEIN, 2012; DUNKEL; GLADDEN; MATHES, 2016; ARAÚJO, 2017), que as teorias de Piaget e Kohlberg, apesar de sua inegável contribuição ao campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral,

apresentaram, em sua abordagem cognitivo-evolutiva, uma visão fragmentada, linear e reducionista do desenvolvimento moral. Das variáveis envolvidas e que interferem no desenvolvimento moral, elegeu-se para discussão a afetividade, a qual não encontra espaço nos modelos de desenvolvimento subjacentes dessas teorias. Ressaltou-se o trabalho pioneiro de Gilligan que evidenciou essa e outras limitações das teorias e abordagem em questão.

Como subsídio teórico para esse novo paradigma da Psicologia do Desenvolvimento Moral (LA TAILLE, 2010; FRANZI; ARAÚJO, 2013), que considera a complexidade dos fenômenos que lhes são pertinentes, apresentou-se a teoria de Lind, dentre várias outras teorias pós-kohlberguianas que foram erigidas com propósitos semelhantes, uma vez que essa integra os aspectos cognição e afetividade em sua proposta de análise da competência moral.

Conclui-se, portanto, que se a Psicologia do Desenvolvimento Moral se encontra esgotada em seus referenciais clássicos, as teorias pós-kohlberguianas, tal como a teoria de Lind ora apresentada, são alternativas hoje disponíveis para sanar essa falta de perspectiva e inovação nas atuais investigações. E teorias as quais parecem ter renovado, ou estarem renovando, esse campo para mais um ciclo de décadas de estudo sobre o desenvolvimento moral.

Referências

ARANTES, V. A. Cognição, afetividade e moralidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 137-153, 2000.

ARAÚJO, C. M. de. **Uma crítica à feminilidade na Ética do Cuidado de Nel Noddings**: o cuidado para além do gênero. 2017. 118 f. Dissertação

(Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

BATAGLIA, P. U. R. A validação do teste de juízo moral (MJT) para diferentes culturas: o caso brasileiro. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 1, 83-91, 2010.

BATAGLIA, P. U. R.; MORAIS, A. de; LEPRE, R. M. A teoria de Kohlberg sobre o desenvolvimento do raciocínio moral e os instrumentos de avaliação de juízo e competência moral em uso no Brasil. **Estud. psicol.**, Natal, v. 15, n. 1, p. 25-32, jan./abr., 2010.

BIAGGIO, A. M. B. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. São Paulo: Moderna, 2006.

BLUM, L. A. Gilligan and Kohlberg: implications for moral theory. **Ethics**, v. 98, n. 3, p. 472-491, 1988.

BRAUNSTEIN, H. R. **Ética do cuidado: das instituições de cuidado e pseudo cuidado**. 2012. 219 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COLBY, A.; KOHLBERG, L. **The measurement of moral judgment: theoretical foundation and research validation**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DUNKEL, C. S.; GLADDEN, P. R.; MATHES, E. W. Sex differences in moral reasoning: The role of intelligence and life history strategy. **Human Ethology Bulletin**, v. 31, n. 2, p. 5-16, 2016.

GIBBS, J. C.; ARNOLD, K. D. E.; BURKHART, J. E. Sex differences in the expression of moral judgement. **Child Development**, v. 55, p. 1040-1043, 1984.

FRANZI, J.; ARAÚJO, U. F. de. Novos aportes na psicologia moral: a perspectiva da teoria dos modelos organizadores do pensamento. **Revista NUPEM**, v. 5, n. 8, p. 53-67, 2013.

GILLIGAN, C. **Uma voz diferente**: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2005. (Publicado originalmente em 1785).

KOHLBERG, L. **Psicologia del desarrollo moral**. Bilbao: Editorial Desclée de Brower, 1992.

LA TAILLE, Y. de. **Moral e ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LA TAILLE, Y. de. Desenvolvimento humano: Contribuições da psicologia moral. **Psicologia USP**, v. 18, n. 1, p. 11-36, 2007.

LA TAILLE, Y. de. Moral e ética: Uma leitura psicológica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. esp., p. 105-114, 2010.

LIND, G. **How to teach moral competence**. Berlin: Logos-Publisher, 2019.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. (Publicado originalmente em 1945).

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994. (Publicado originalmente em 1932).

PUIG, J. A. **A construção da personalidade moral**. São Paulo: Ática, 1998.

REST, J.; NARVAEZ, D.; BEBEAU, M. J.; THOMA, S. J.
Postconventional moral thinking: a neo-kohlbergian approach.
Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999.

SILVA, M. E. F. da. Afinal, o que foi o debate Kohlberg-Gilligan?.
Schème – Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas,
v. 13, n. 1, 2021. No prelo.

SILVA, M. E. F. da.; BATAGLIA, P. U. R. Mapeamento da produção
científica brasileira sobre segmentação moral pelo estado da arte.
Psicologia Argumento, v. 38, n. 101, p. 524-547, 2020.

TOGNETTA, L. R. P. **A construção da solidariedade e a educação do
sentimento na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

TOGNETTA, L. R. P.; ASSIS, O. Z. M. de. A construção da
solidariedade na escola: as virtudes, a razão e a afetividade. **Educação e
Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 49-66, 2006.

VILARRASA, G. S.; MARIMÓN, M. M. Nuevas perspectivas sobre el
razonamiento moral. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n. 2, p.
123-135, 2000.